



Ata da 1ª. (primeira) Audiência Pública da Câmara Municipal de Tucumã. Aos 07 (sete) dias do mês de junho do ano de 2023, às 17h00min, no Plenário Vereador Adão Lote Resplandes de Sousa, o Senhor Hoberlindo Pereira de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Tucumã, deu início a Audiência Pública *para deliberar assuntos relacionado às reclamações dos pais de alunos estudantes da Zona Rural, referente a precariedade no sistema de transporte escolar da Zonal Rural do Município de Tucumã/PA.* O Senhor Presidente agradeceu a todos que estavam prestigiando a Audiência Pública, e informou que a presente audiência pública teve sua divulgação através de meios eletrônicos como; rede sociais facebook, grupos de whatsapp, Instagram, portal transparência da Câmara Municipal de Tucumã e no seguinte Murais públicos de grande circulação de munícipes como; Prefeitura Municipal de Tucumã, Secretaria Municipal de Educação, Câmara Municipal de Tucumã e na Associação Comercial de Tucumã-ACIAPT. Deu-se início a abertura oficial da Audiência Pública, o Senhor Presidente convidou o Pastor Luciano de Menezes Magny para ler um Versículo Bíblico e invocar a benção de Deus, foi lido em Provérbios Capítulo 11 Versos 14. Em seguida o pastor fez uma breve oração onde em suas palavras pediu a paz para que tudo que for tratado nas decisões tomadas na presente Audiência pública tenha em primeiro lugar a aprovação de Deus, para que as decisões das autoridades venham com sabedoria para trazer equidade a sociedade. Estavam presentes 09 (nove) Vereadores da Casa, sendo eles Aginaldo Dias da Silva - Ná; Aurino Moreira dos Santos - Aurino do Globo; Davina Kelen Rodrigues Curcino dos Santos- Davina; Gilvã José de Souza - Gilvã da Caçamba; Hoberlindo Pereira de Sá - Hoberlindo de Sá; Maely Matos Benedetti - Maely; Raiane Souza Félix - Raiane Félix; Waldomiro Cordeiro Soares-Mirim e Welington Faria da Costa - Chicão Ciclone. A Mesa foi composta pelas seguintes autoridades: Vereador Hoberlindo Pereira de Sá-Presidente da Câmara Municipal de Tucumã; Vereadora Raiane Sousa Felix - 2ª Secretária da





Câmara Municipal de Tucumã; Senhor Gerson Alberto de França- Promotor de Justiça do Município de Tucumã; Senhor Sávio Roven- Assessor Jurídico representando o Prefeito de Tucumã Senhor Celso Lopes Cardoso; Senhora Daiane Cardoso dos Reis-Assessora Jurídica representando o Secretário Municipal de Educação; e Senhor Antônio Daniel dos Santos-representante da Empresa Danistur Transporte Rodoviário de Tucumã. Para ocupar a tribuna de honra foi convidada Senhora Juliana Pelegrini-representante do DETRAN de Tucumã, o Senhor Wanderlei Dias Vieira-Vice-Prefeito de Tucumã, três casais moradores da Zona Rural, dentre eles o Senhor Deyvyd Ramos Pimenta que foi sorteado para usar a tribuna popular e representar os pais dos alunos da Zona Rural. Em seguida o Senhor Presidente declarou aberta os Trabalhos, falou que o objetivo da presente audiência pública é para discutir, elucidar adversidades decorrentes do transporte escolar do município de Tucumã/PA, atendendo o Requerimento de nº.011/2022 de autoria da Vereadora Davina, aprovado por unanimidade desta Casa de Leis. Ato seguinte o Senhor Presidente solicitou a todos a tomarem posição em respeito ao Hino Nacional Brasileiro. Ato seguinte explanou as regras que nortearam a realização da presente audiência pública, falou que por falta de regulamentação própria de funcionamento de audiência pública nesta Câmara Municipal, será utilizado o Regimento Interno da Casa, quando se trata de situações que acolhem determinadas semelhanças e convidou a 1ª. Secretária da Casa, Vereadora Raiane Felix para fazer a leitura dos Artigos; 18 Inciso II, Artigo 59 Incisos I, II, III, IV, e V, 101, Artigo 109 §1º, 135 Incisos I, II, III, IV, V, e VI, 178- Parágrafo Único, 179 §1º e 2º da mesma maneira que as sistemáticas adotadas nas audiências públicas do Congresso Nacional Brasileiro. Após a leitura com fulcro nos Artigos 18 Inciso II, 177 e 191 do Regimento desta Casa de Leis ficou criado o Regulamento para primeira Audiência Pública sobre o Transporte Escolar do Município de Tucumã/PA. Em seguida o Senhor Presidente falou que a presente audiência pública será realizada com qualquer número de presentes, e terá duração





máxima de duas horas. Falou que serão desconsideradas as propostas e sugestões que não estejam diretamente relacionadas com os trabalhos da audiência pública, que cabe ao Presidente da Câmara Municipal de Tucumã suspender a audiência pública em razão de caso fortuito, motivo de força maior ou quando necessário. Falou que as perguntas, sugestões ou comentários de forma presencial deverá ser realizada por escrito e de forma direcionada ao participante durante a exposição em ficha própria que serão disponibilizadas pelas secretarias autorizadas da Casa, e direcionadas ao Presidente, e que serão selecionadas 10 perguntas dos participantes da Plenária pertinente ao assunto do transporte escolar. Em seguida o Senhor Presidente convidou a 1ª. Secretária para fazer a leitura do requerimento nº. 011/2022 de autoria da Vereadora Davina aprovado por todos os Vereadores que compõem esta Casa Legislativa que originou a presente audiência pública. Após a leitura do requerimento o Senhor Presidente fez explanação referente ao Transporte Escolar, falou que o objetivo da audiência é resolver o problema, falou que tem conhecimento das dificuldades que os alunos da Zona Rural estão enfrentando, frisou que desde de o início do corrente ano os Vereadores estão imbuído na tentativa de solucionar a questão, que no mês de janeiro, convidou o Senhor Daniel para deliberar a questão e buscar soluções, o qual deu sua palavra que em 90 dias resolveria o problema, relatou que os 90 dias se passaram e que o problema não foi resolvido e que devido isso tornou-se necessário a realização desta audiência pública para buscar meios de soluções. Em seguida passou a palavra para a Doutora Daiane Cardoso dos Reis representando a Secretaria municipal de Educação, no uso da palavra a Senhora Daiane falou que é de conhecimento de todos que passamos por uma pandemia onde meio semestre das se iniciou em 2021 de forma remota, que após isso estiveram efetivamente as aulas em salas de aulas que foi quando os alunos começaram a utilizar o transporte escolar, falou que a empresa vencedora da licitação pregão eletrônico foi a empresa Danistur, e tão logo iniciou seu trabalho onde evidenciou pequenas peculiaridade,





porém falou que todas as vezes que necessitou entrar em contato com a empresa e tentar solucionar, afirmou que o Senhor Daniel sempre buscou atender os pedidos da Secretaria. Ato seguinte o Senhor Presidente abriu espaço para os Vereadores Presentes fazer suas explanações referente ao assunto em tela. No uso da palavra o Vereador Ná falou que esse é um dia importante para o Município, pelo que afirmou que estão deliberando um assunto de extrema importância tendo em vista que estão tratando das situação dos alunos da Zona Rural, relatou que essa é uma reivindicação dos pais de alunos moradores da Zona Rural que estão passando por uma situação difícil devido a condições precária do transporte escolar, que devido isso os Vereadores desta Casa acolheu o requerimento da Vereadora Davina para realização da presente audiência pública, porém lamentou o fato de alguns representantes de fundamental importância solicitados para se fazer presentes na audiência para deliberação da questão não compareceram, e perguntou ao Senhor Presidente se essas pessoas foram convidadas. Em resposta ao questionamento o Senhor Presidente respondeu que todas as pessoas envolvidas no requerimento receberam o convite ofício impresso. O Vereador Aurino do Globo fez uso da palavra de onde parabenizou o Senhor Presidente pela realização da audiência pública, pelo que afirmou que é de suma importância resolver esse problema do transporte escolar, tendo em vista que se trata do futuro das crianças. A Vereadora Davina ocupou a tribuna de onde falou que o requerimento de sua autoria para realização da audiência pública originou-se diante da necessidade e clamor do povo, e dos estudantes da Zona Rural. Em seguida agradeceu o Promotor de Justiça Senhor Gerson pela presença, pelo que afirmou que foi fundamental para que essa audiência ocorresse. Agradeceu também a Câmara municipal por aprovar seu requerimento por unanimidade. Em seguida fez explanação referente a situação em que os Transportes escolar da Zona Rural está circulando, frisou que como Vereadora não poderia ficar omissa a essa situação, ressaltou que o povo não tem voz nessa Casa, e pediu ao Senhor Presidente para dar oportunidade para a mãe de





um aluno da Zona Rural que está com seu filho sem frequentar a escola a vários meses pela situação de precariedade do transporte escolar, para que a mesma possa explanar sua situação. O Vereador Gilvã da Caçamba ocupou a tribuna e em pronunciamento parabenizou o Presidente da Casa pela realização da audiência pública, afirmou que é necessário ônibus de boa conservação para transportar os alunos, e frisou que se a empresa não estar dando conta de cumprir com o termo do contrato, o ideal é o Município rescindir o contrato com empresa. A Vereadora Maely ocupou a tribuna e em pronunciamento direcionou a palavra ao Senhor Daniel representante da empresa Danistur, perguntou se ele tem conhecimento da situação em que os transportes escolares estão circulando principalmente os da Zona Rural, falou que tem acompanhado o sofrimento dos alunos e pai de alunos, devido a precariedade do transporte escolar, e ressaltou necessidade de resolver o problema. A Vereadora Raiane Felix falou que a realização da audiência pública é de suma importância, frisou que o objetivo não é apenas debater o tema referente a má qualidade do transporte escolar, e sim buscar meios para solucionar o problema, e informou que o Executivo municipal já adquiriu cinco ônibus que serão utilizados no transporte escolar. O Vereador Mirim ocupou a tribuna de onde fez explanação referente a má qualidade do serviço prestado nos ônibus escolar da zona rural, e ressaltou que agora é o memento de solucionar a questão e definir um rumo para o transporte escolar do Município de Tucumã. O Vereador Chicão Ciclone ocupou a tribuna e em pronunciamento fez explanação referente aos processos licitatórios, esclarecendo como funciona os contratos firmados com o Município, relatou que tem recebido muitas reclamações referente ao transporte escolar, frisou que o Município tem um contrato a cumprir, que não seria irresponsável e deixar os alunos se transporte escolar, tendo em vista que um processo de licitação não se realiza do dia para noite, frisou que tem se reunido constantemente com o Senhor Prefeito e que estão buscando meios para solucionar a questão. Em seguida foi franqueada a palavra o Senhor Deyvyd Pimenta para





falar em representatividade a todos os pais de alunos da Zona Rural, no uso da palavra o Senhor Deyvyd fez explanação referente a precariedade do transporte escolar da Zona Rural, falou que todos tem conhecimento do descaso com os alunos com ônibus quebrados e estradas sem condições de tratabilidade segura, e pediu ao Executivo melhoria nas estradas e soluções no sentido de disponibilizar um transporte escolar digno aos alunos da Zona Rural. Em seguida foi fraqueada a palavra à Senhora Claudineia mãe de uma aluna para fazer suas colocações, de onde falou que a filha ficou sem frequentar a escola quase dez meses devido a situação precária do transporte escolar, que devido isso quase foi reprovada de ano, e pediu encarecidamente às autoridades competentes para olhar com mais carinho pelas crianças da Zona Rural, pediu também ao Senhor Daniel para disponibilizar ônibus digno com mais conforto para ao alunos. Em seguida foi franqueada a palavra ao Senhor Daniel representante da empresa Danistur, na tribuna o Senhor Daniel pediu desculpas ao pais dos alunos da Zona Rural, pelos transtornos causados pela situação dos ônibus precário, falou que no início do corrente ano foi cobrado pelos Vereadores desta Casa de Leis melhorias no transporte escolar, frisou que na ocasião garantiu buscar meios para solucionar os problemas, que desde então estava imbuído na tentativa de uma solução, que até a presente data não obteve sucesso, e que devido isso pediu rescisão do contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Tucumã. Ato seguinte o Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Gerson Alberto de França-Promotor de Justiça do Município de Tucumã, após os cumprimentos formais o Promotor falou que estão esperançosos que essa situação possa ser resolvida, que entende que as resoluções das coisas possam ser resolvidas por serenidades e racionalidades, que precisam ter uma certa calma para ver as possibilidades de resolver. Falou que é um direito de qualquer pessoa explicar sua situação, que reconhece a hombridade das pessoas em comparecer e dar a cara a tapa, que é necessário um certo respeito, falou que é natural a indignação dos pais dos alunos, até porque imagina a situação de um pai





vê seus filhos ir para escola em transporte escolar precário como foi relatado na documentação que embasou o requerimento da Vereadora, fotos inclusive nas redes sociais e mídias sociais revelam muito isso onde todos tem acesso, que acredita que não tem quem duvide dessa situação de que o transporte escola do Município de Tucumã realmente está precário, ressaltou a possibilidade de resolver a situação por meio dessa audiência pública, falou que a Constituição estabelece que o poder emana do povo que será exercido por meio de seus representantes, que no caso aqui, é os Vereadores e o Poder Executivo, que estão tentando resolver o problema por meio da participação popular. Frisou que estão no momento certo para ver a possibilidade de solucionar o problema, tendo em vista que os representantes responsáveis estão presentes para falar e explicar as situações. Falou que a população de Tucumã tá reclamando dessa demanda e que há necessidade de ser resolvida, que espera que sim, porque a outra forma de resolução seria demandar a solicitação ao Poder Judiciário uma forma de resolução que seria um processo, que acredita que essa situação hoje será solucionada por meio da sensibilidade que é essa demanda, tendo em vista que o futuro do País é a educação, falou que essa situação do transporte escolar é muito mais importante que outras demandas, que é interesse do Ministério Público resolver essa demanda, tendo em vista que lá na frente um aluno que não for para a aula vai ter problemas, pelo que afirmou que a criança com pouco estudo não vai ter oportunidade de emprego, vai ter exceção de inclusão na sociedade, então é uma demanda que deve ter prioridade para que seja resolvida, que acredita que de alguma forma que possam aqui tomar encaminhamento, *tendo em vista que o representante da empresa falou que já solicitou afastamento, qual seria um caminho agora, perguntou o que a Prefeitura vai fazer para de imediato resolver o problema.* Falou que o Ministério público tem interesse de fazer encaminhamento para tentar ver uma forma de resolver o problema dentro da Lei para dar uma resposta aos pais dos alunos, seja da Câmara Municipal, representante da empresa, do Executivo





municipal, e em parceria com o Ministério Público, pelo que afirmou que o Ministério Público quer resolver para que no dia seguinte os pais dos alunos tenham um transporte escolar digno para seus filhos. Afirmou que vai apurar as responsabilidades e ver o que tem que ser feito para ter uma solução para que a questão de precariedade no serviço do transporte escolar seja resolvida, que acredita que a partir do diálogo, a partir da função da responsabilidade e compromisso dos representantes da gestão vão fazer a demanda chegar até o gestor municipal ou seja o responsável em questão, falou também que existe a questão da reforma das estradas vicinais, bem como a precariedade da estrutura física das escolas, pelo que afirmou que também são demandas que precisam ser resolvidas. Ressaltou que a Promotoria de Justiça tem esse compromisso de auxiliar na resolução dessas demandas, através dessa audiência pública ou tomando medidas que no caso seria o cumprimento da Lei. Frisou que isso só seria feito depois de verificar que não há o compromisso. E finalizou ressaltando que devem verificar esse compromisso para está resolvendo esse problema. Em seguida foi franqueada a palavra ao Assessor Jurídico Senhor Sávio Rovenno *em representatividade ao Poder Executivo Municipal, no uso da palavra em resposta à pergunta do Senhor promotor de justiça, referente qual seria a medida que a Prefeitura vai tomar tendo em vista que a empresa Danistur desistiu do contrato, falou que a empresa está cumprindo o prazo de 30 dias, até findar o primeiro semestre do ano letivo, e antecipando qual é o posicionamento da administração, informou que a Prefeitura de Tucumã já iniciou um novo processo de licitação para contratação de uma nova empresa para que em agosto retornem com novos ônibus para linha do transporte escolar da Zona Rural.* Em seguida, esclareceu que a Prefeitura não foi omissa quanto as situações que chegaram até ela, que todas as vezes encaminharam à Secretaria de Educação relatando os fatos e solicitaram providencias. Explanou como funciona um processo licitatório, e frisou que as etapas são definidas ou na Lei ou em um roteiro, que não são fases soltas aleatória





que o gestor cria da cabeça, falou que dentro de um contrato de órgão público existe o fiscal de contrato, que é responsável por acompanhar a execução do serviço prestado, falou que tiveram reclamações as quais geraram notificações a empresa responsável pela prestação do serviço do transporte escolar, que a Prefeitura tomou conhecimento e tomou providencias, falou que infelizmente não chegou ao consenso, que a empresa irá cumprir somente até dia 30 do corrente mês, tendo em vista que a Prefeitura não conseguiria fazer uma contratação emergencial dentro desse período. Ressaltou que o novo processo licitatório está previsto para ocorrer no dia 26 de junho do ano em curso, para que a partir do dia 1º. de agosto iniciam os trabalhos oferecendo a prestação de serviço que estão solicitando. Ato seguinte o Senhor Presidente determinou a 1ª. Secretária a fazer leitura das perguntas dos participantes. A 1ª. Pergunta foi da Senhora Auricelia Castro da Silva- “quando será trocado o ônibus da rota laranjeira que está em péssimo estado”. Foi entendido que a pergunta já teria sido respondida pelo representante da Prefeitura de Tucumã e sugeriu que a pergunta fosse encaminhada como sugestão ao Executivo municipal. 2ª pergunta que foi do Senhor Emanuel David Sousa, “se há algum estudo feito sobre a superlotação dos ônibus escolares, tendo em vista que tem relatos sobre os ônibus com um número acima do normal de crianças, se é feito algum estudo sobre a quantidade de alunos por linha de ônibus, para assim a demanda ser atendida de forma correta”. A pergunta foi direcionada à representante da Secretaria de Educação-Doutora Daiane. No uso da palavra a Doutora Daiane respondeu que todo início de ano letivo faz o estudo das crianças que irão utilizar o transporte escolar, que a partir desse estudo destinam a quantidade de transporte escolar para cada rota, porém ocorre de no decorrer do ano letivo há muitos casos de transferência de unidades, remanejamento de alunos onde pode acontecer da lotação se exceder, e ressaltou que todos início de ano a Secretaria refaz a logística. 3ª pergunta foi da Senhora Sandra Sousa da Silva- “só tem um ônibus agora para trazer as crianças do Residencial Vale das Rosas, tem



APROVADO  
EM 26/06/23  
CMT/PA

relatos das crianças que os motoristas correm muito, não prestam atenção nas curvas e elas ficam com medo. Como vai ser resolvido isso? Quando acontecer algo pior?” Em seguida a 1ª. Secretária falou que irá encaminhar a pergunta para a Secretaria de Educação para que seja incluído na logística do estudo no próximo ano. Em seguida o Senhor Presidente abriu espaço para os Vereadores fazer perguntas. O Vereador Ná perguntou à Senhora Daiane se tem em mente o valor pago mensalmente pela prestação de serviço da empresa Danistur. Perguntou à empresa Danistur se no processo licitatório de 2021 a empresa foi a primeira colocada ou se outras empresas foram desclassificadas. perguntou ao representante da Prefeitura Senhor Sávio Rovenó, e ao vice-Prefeito Doutor Wanderley qual providência está sendo tomada referente a questão da manutenção das estradas vicinais e pontes, para oferecer boa trafegabilidade ao transporte escolar. No uso da palavra a Senhora Daiane falou que não poderá responder tendo em vista que a pergunta está direcionada ao departamento financeiro que realizam as contabilidades e tem todos os registros. O representante da Prefeitura Doutor Sávio Rovenó respondeu que a Prefeitura organizou um planejamento para realizar o trabalho de patrolamento das estradas vicinais e das pontes, que no período de estiagem será realizado esse trabalho, frisou que não se faz tudo de uma só vez que será feito gradativamente, mas que o planejamento já existe e que já estão na execução dele. Em seguida o Vereador Aurino do Globo pediu para quando se realizar o novo processo licitatório, a Secretaria responsável verifique a situação do transporte escolar antes de colocar nas rotas para que essa situação não ocorra novamente. A Vereadora Davina ocupou a tribuna de onde perguntou ao representante da Prefeitura se teve conhecimento dos requerimentos de sua autoria de 13 de junho de 2022, solicitando informações ao Poder Executivo e ao Secretário de Educação referente ao transporte escolar, onde solicita cópia das documentações das empresas contratadas, que estão prestando serviço de transporte escolar, e atuação do trabalho da empresa. Afirmou que nunca foi



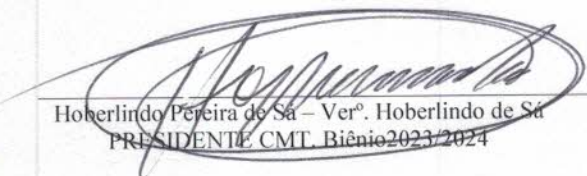
APROVADO  
EM 26/06/23  
CMT/PA  

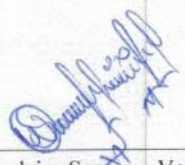

respondido, que como que o governo não é omissivo se não responde nem um requerimento de uma Vereadora que é uma autoridade do Município, e perguntou porque o requerimento não foi respondido até a presente data. Em seguida perguntou à representante da Secretaria de Educação, se em 2021 a Secretaria recebeu o Recurso do PNAE, e o que foi feito com esses recursos, tendo em vista que a Prefeitura está pagando seis milhões em um contrato de aluguel de transporte escolar e que só agora a Prefeitura comprou cinco ônibus. Perguntou porque a Prefeitura não comprou ônibus novos com recursos do PNAE de 2021, e preferiu alugar ônibus só a carcaça velha. Falou que os alunos da zona rural estão sofrendo tendo que andar mais de quilometro para pegar o transporte escolar. Falou também que o problema não é só no transporte escola que está na questão de estrada e pontes, que devem ter em boas condições de trafegabilidade. Ao finalizar pediu ao executivo municipal para encaminhar a documentação referente ao transporte escolar aos Vereadores, e pediu ao Senhor Presidente que quando acontecer alguma reunião com representante de alguma empresa prestadora de serviços que seja convidado todos os Vereadores para participar. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra para o Vereador Gilvã da Caçamba de onde falou que diante do pronunciamento do representante de empresa e do representante da Prefeitura já entendeu como será tomado as providencias para solucionar o problema. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra para o Doutor Sávio Roven de onde em resposta a Vereadora Davina falou que não teve conhecimento do requerimento anteriormente mencionado, e que irá levar a Prefeitura para verificar o andamento e dá um retorno para a Vereadora. A Vereadora Raiane Felix perguntou representante da Prefeitura qual a possibilidade de ser contratado o monitor dos transportes escolar serem contratadas diretamente pela Secretaria de Educação. E pediu ao Doutor Sávio para explicar aos pais dos alunos qual a diferença do valor licitado e o valor pago por cada prestação de serviço em um processo de licitação. No uso da palavra Doutor Sávio Roven falou que em






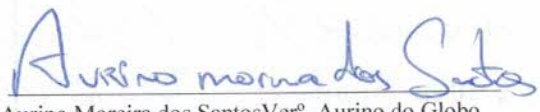
relação ao monitor existe um tramite nos processos licitatórios, que não poderá incluir essa demanda tendo em vista que já iniciou o processo licitatório e que para fazer qualquer alteração iria retardar o processo licitatório ou seja não concluiriam até em agosto no retorno das aulas. Informou que as fiscalizações desse novo contrato serão mas rígidas e que os veículos serão modernos, a fim de evitar esses transtornos. Em seguida explanou a diferença no valor previsto num contrato de licitação que é um procedimento onde a Lei exige para que o gestor público utilize para fazer contratação de serviços para aquisição de bens, onde existe um valor estimado e que não necessariamente o gestor poderá gastar aquele valor, que é apenas uma autorização para se houver necessidade ele gastar esse valor não interrompendo determinado serviço causando prejuízo tanto para aquela prestação de serviço como para a população. Em seguida o Senhor Presidente fez as considerações finais e afirmou que os Vereadores desta Casa de Leis juntamente com o Poder Executivo municipal irão fazer todas as cobranças para defender o direito do povo do Município. Não havendo nada, mas a tratar encerrou a audiência pública às 19h04min. Encerro a presente Ata que segue assinada pelos membros da Mesa Diretora presentes. Anexo lista de presença e pergunta dos participantes da audiência pública. Plenário Ver. Adão Lote Resplandes de Sousa, em 07 de junho de 2023.

  
Hoberlindo Pereira de Sá – Verº. Hoberlindo de Sá  
PRESIDENTE CMT. Biênio 2023/2024

  
Waldomiro Cordeiro Soares – Verº. Mirim  
1º. VICE PRES. CMT. Biênio 2023/2024

  
Welington Faria da Costa – Verº. Chicão Cyclone  
2º. VICE PRES. CMT. Biênio 2023/2024.

  
Raiane Sousa Felix -Verº. Raiane Felix  
1º. SECRETARIA CMT. Biênio 2023/2024

  
Aurino Moreira dos Santos Verº. Aurino do Globo  
2º. SECRETÁRIO CMT-2023/2024